

17/01/2023

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

ALAEISON FERRAZ DA COSTA

A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES

6199
100
C837n

TERESINA

ICESPI - 2018 BIBLIOTECA	
13902	17/01/2023

ALAEELSON FERRAZ DA COSTA

A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, para a obtenção do grau de licenciado. Sob a orientação do prof. Pe. Dr. Clodomiro de Sousa e Silva.

TERESINA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Costa, Alaelson Ferraz da

C837e A relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles. / Alaelson Ferraz da Costa. - 2018.
33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Católico de Estudos Superiores - ICESPI, Curso de Licenciatura em Filosofia, Teresina, 2018.

Orientador : Prof. Dr. Pe. Clodomiro de Sousa e Silva.

1. Prazer 2. virtude 3. Hedonismo moderado. 4. Aristóteles I.Título.

CDD – 100

Elaborado por Ana Paula Ribeiro da Silva CRB- 3/1704

ALAEISON FERRAZ DA COSTA

RELAÇÃO ENTRE PRAZER E VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: ____ de _____ de 2018

Prof.: Dr. Pe. Clodomiro de Sousa e Silva

Orientador

Professor (a) examinador (a)

Professor (a) examinador (a)

TERESINA

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho científico primeiramente à Deus, toda minha família, que me acolheu em minha decisão. E aqui destaco os meus pais adotivos, Admilson Ferraz Barnabé e Francisca Maria da Costa e aos meus pais biológicos, Clarice Ferraz Barnabé e Pedro Paulo da Costa.

Ao meu Bispo Dom Jacinto, que concede a mim, o necessário nesse processo formativo. Em comunhão com Arquidiocese de Teresina, dedico aos meus irmãos arquidiocesanos. Quero dedicar ao meu companheiro de comunidade, o Daniel que sempre está disposto para a missão, bem como a comunidade de Nossa Senhora Aparecida, Santo Antonio de Pádua e todo o povo de Deus que se doam em suas orações.

Finalizo a minha dedicatória, destacando duas pessoas que foram essenciais na conclusão desse TCC: Pe. Clodomiro e professora Elisângela Amaral, que se colocaram à disposição por meio das orientações para que a minha pesquisa monográfica seja concluída.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, que me acompanha em todo meu processo vocacional e ajuda-me a perceber a realidade da vida.

A toda minha família, que me apoia em minha decisão, ao meu Bispo Dom Jacinto, por confiar e acreditar em mim. Todos os que compõem a paróquia de São Francisco de Assis em Valença – PI, na pessoa do Padre Antonio Carlos e maneira especial a comunidade de Nossa Senhora Aparecida e de Santo Antonio de Pádua, na cidade de Lagoa do Sítio – PI. Quero fazer um agradecimento especial ao Pe. Valdecir, que pelo seu testemunho me enviou para o seminário e ao Daniel meu companheiro de comunidade e de luta.

Aos meus irmãos arquidiocesanos, em especial os irmãos que conviveram comigo da casa Santa Catarina: André Henrique, Carlessandro, Sávio Daniel e Wemerson. Gostaria de agradecer ao Odair e ao Yago Waquim, que contribuíram nas correções e traduções do TCC, pela convivência com todos que fazem a turma do 3º ano de filosofia e todos que cooperaram para conclusão do meu trabalho de pesquisa.

Aos professores do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI, que colaboraram em minha formação acadêmica. O meu agradecimento todo especial ao meu orientador do TCC, padre doutor Clodomiro e a minha co-orientadora professora mestra Elisângela Amaral. Por fim, agradecer a equipe formativa que é composta por padre Aerton Marcos, padre Antonio Soares, padre Francidilso, padre João Paulo, padre Jonilson e padre José Raimundo, que doam sua vida na missão sacerdotal.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar a relação existente entre prazer e virtude segundo Aristóteles, dando a condição necessária para se entender a tese aristotélica segundo a qual o virtuoso não age em vista do prazer por si mesmo, mas sente prazer em agir virtuosamente. Procura-se esclarecer aqui tal concepção em três momentos: primeiramente, partindo do segundo tratado do prazer no livro X da *Ética a Nicômaco*, busca-se compreender a definição aristotélica de prazer, analisando-se algumas de suas características. O segundo lugar, procura-se expor a compreensão aristotélica de virtude, a partir de sua definição, em vista de se apresentar o critério para uma ação moralmente virtuosa. Em terceiro lugar, é apresentada a relação entre prazer e virtude, tomando-se como ponto de partida o hedonismo moderado de Aristóteles, para quem a vida é em si prazerosa. Para o Estagirita, a melhor atitude a ser tomada na relação entre o prazer e a virtude é o meio-termo ou a mediania. Finalmente, intenta-se também responder questionamento de como as virtudes ajudam o homem a lidar com os prazeres segundo Aristóteles.

Palavras-chaves: Prazer. Virtude. Aristóteles. Hedonismo moderado

ABSTRACT

The present work has the purpose of presenting the relation between pleasure and virtue according to Aristotle, giving the condition needed to understand Aristotle's thesis according to which the virtuous does not act in view of pleasure for yourself, but feels pleasure in acting virtuously. It is sought to clarify this conception here in three moments:

first, starting from the second treaty of pleasure in Book X of Nicomachean Ethics, try to understand the Aristotelian definition of pleasure, analyzing some of its characteristics. The second seeks to expose the Aristotelian understanding of virtue, from its definition, in order to present the criterion for a morally virtuous action. Third, it shows the relationship between pleasure and virtue, taking as its starting point the moderate hedonism of Aristotle, for whom life is itself pleasurable. For the Stagirita, the best attitude to be taken in the relationship between pleasure and virtue is the middle ground or middle ground. Finally, an attempt is also made to answer questions about how virtues help man to deal with pleasures according to Aristotle.

Keywords: Pleasure. Virtue. Aristotle. Moderate Hedonism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. A COMPREENSÃO ARISTOTÉLICA DE VIRTUDE	10
2.1 CONCEITO DE VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES	10
2.2 O CRITÉRIO PARA UMA AÇÃO VIRTUOSA	12
2.3 ALGUMAS VIRTUDES IMPORTANTES SEGUNDO ARISTÓTELES	14
3. ARISTÓTELES E A COMPREENSÃO DE PRAZER.....	19
3.1 O CONCEITO DE PRAZER SEGUNDO ARISTÓTELES	19
3.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS QUE COMPÕEM O CONCEITO DE PRAZER	20
3.3 A NATUREZA DA FELICIDADE E SUAS RELAÇÕES	22
4. A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES	25
4.1 O HEDONISMO MODERADO DE ARISTÓTELES	25
4.2 O PRAZER E AÇÃO VIRTUOSA	26
4.3 O MEIO-TERMO	28
4.4 COMO AS VIRTUDES AJUDAM O HOMEM A LIDAR COM OS PRAZERES SEGUNDO ARISTÓTELES?	30
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

INTRODUÇÃO

O presente trabalho científico define as coordenadas que orientarão a composição do trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI, procurando obedecer aos dados técnicos da estrutura de uma pesquisa científica e mostrando a relevância do tema dentro do estudo filosófico.

A pesquisa a ser desenvolvida trata da relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles. O problema em questão parte da seguinte reflexão: em que o prazer, segundo Aristóteles, pode contribuir para a formação do homem virtuoso? O interesse pelo o tema em discussão surge da constatação histórica e, sobretudo atual, de uma propensão a humanidade ao hedonismo, por exemplo: a busca excessiva de prazeres, a insatisfação dos desejos e a busca do prazer pelo prazer. A temática é relevante e atual, pois, diante de uma sociedade com influências hedonistas, é oportuno discutir contributo que a noção aristotélica do prazer, que contempla a razão e o exercício da virtude, traz para a reflexão ética atual.

O trabalho tem por objetivo geral apresentar a noção aristotélica do prazer e como este age na formação integral do ser humano virtuoso. Os objetivos específicos são três: compreender a noção aristotélica de prazer; compreender a noção aristotélica de virtude e analisar a relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles. A obra de referência utilizada na discussão é a *Ética a Nicômaco*. Como se trata de uma pesquisa bibliográfica, outras obras tais como tese, livros e artigos, completam a referência.

O corpo do trabalho encontra-se subdividido em três capítulos que abordam respectivamente os seguintes temas: “a compreensão aristotélica de virtude”, “Aristóteles e a compreensão de prazer”, e “a relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles”. No primeiro capítulo, discutem-se o conceito de prazer segundo Aristóteles, apresentam-se algumas características que compõem tal conceito, bem como a natureza da felicidade e suas relações. Já no segundo capítulo, abordam-se a compreensão aristotélica de virtude, o critério para uma ação virtuosa e se expõem algumas virtudes que Aristóteles considera de maior importância. O terceiro capítulo traz uma discussão que gira em torno dos seguintes conteúdos: o hedonismo moderado de Aristóteles, o prazer e a ação virtuosa, o meio-termo e como as virtudes ajudam o homem a lidar com os prazeres segundo Aristóteles.

2. A COMPREENSÃO ARISTOTÉLICA DE VIRTUDE

2.1 Conceito de Virtude segundo Aristóteles

Antes de damos início a discussão, é relevante entender o que é a ética?

O que Aristóteles entende por “ética” pode ser discernido se consideramos a raiz grega antiga do termo: *ethos*. Esse termo refere-se aos costumes de uma sociedade, incluindo a atitude característica perante a vida que é adotado pela maioria dos membros dessa sociedade. Falar sobre ética neste sentido consiste em falar acerca do comportamento habitual dos membros de um povo, dos padrões de excelência humana aos quais eles se submetem, e das atitudes por meio das quais eles expressam o seu caráter como um povo. Estas incluirão as atitudes que eles têm uns para com os outros (HOOFT, 2013, p. 76).

Partindo desse pequeno conceito da ética, o leitor compreenderá o presente tema: **A Relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles**, a ser tratado logo abaixo.

No livro I da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles, trata do bem e finalidades das coisas. No decorrer da discussão do livro são mencionadas as virtudes humanas, que estão divididas em duas espécies: intelectuais e morais.

A virtude também se divide em espécies de acordo com esta diferença, porquanto dizemos que algumas virtudes são intelectuais e outras morais; entre as primeiras temos a sabedoria filosófica, a compreensão, a sabedoria prática; e entre as segundas, por exemplo, a liberalidade e a temperança (ARISTÓTELES, 1984, p. 64).

Como entender as duas espécies de virtudes? Aristóteles faz a distinção no livro II capítulo 1: “[...] a primeira, por via de regra, gera-se e cresce graças ao ensino – por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 67).

Marcelo Perine, em seu livro *Quatro lições sobre a ética de Aristóteles*, comenta a relação que existe entre as virtudes morais e a maior das virtudes intelectuais, que é a sabedoria prática:

Essa relação intrínseca entre as virtudes morais e a virtude intelectual chamada sabedoria prática significa que não se pode ser bom de maneira prática sem ser racional de maneira prática. Porém, ser racional de maneira prática supõe, em primeiro lugar, ser capaz de exercer antes da ação um tipo de raciocínio dedutivo apto a produzir a ação. É evidente que a ação produzida só poderá

ser virtuosa se o raciocínio dedutivo que a antecedeu e produziu for correto do ponto de vista prático (PERINE, 2006, p. 77).

Sendo assim, a ação prática é inerente a ação racional, pois não se pensa uma separada da outra. No que diz respeito a definição de virtude, Aristóteles no capítulo 5, da obra supracitada, afirma “[...] que na alma se encontram três espécies de coisas: paixões, faculdades e disposições de caráter, a virtude deve pertencer a uma destas” (ARISTÓTELES, 1984, p. 71).

Por paixões entendo os apetites, a cólera, o medo, a audácia, a inveja, a alegria, a amizade, o ódio, o desejo, a emulação, a compaixão, e em geral os sentimentos que são acompanhados de prazer ou dor; por faculdades, as coisas em virtude das quais se diz que somos capazes de sentir tudo isso, ou seja de nos irarmos, de magoar-nos ou compadecer-nos; por disposições de caráter, as coisas em virtude das quais nossa posição com referência às paixões é boa ou má. Por exemplo, com referência à cólera, nossa posição é má se a sentimos de modo violento ou demasiado fraco, e boa se a sentimos moderadamente; e da mesma forma no que se relaciona com as outras paixões (ARISTÓTELES, 1984, p. 71).

Segundo Aristóteles, a virtude não está relacionada com as duas “coisas” citadas, mas com a “disposição de caráter” (1984, p.72). Porque as paixões estão voltadas para uma visão geral ligadas aos sentimentos acompanhados de prazer e dor, como por exemplos: a inveja, o ódio e etc. As faculdades são aptidões naturais da realização de algo como sentir ira, magoar-se, compadecer-se e etc. Já a disposição de caráter segundo Hooft é “[...] que nos torna bons como seres humanos na medida em que nos faz desempenhar bem as nossas funções” (HOOFT, 2013, p. 91).

De acordo com Marcelo Perine (2006, p. 21), a virtude aristotélica é “[...] como um estado habitual que dirige a decisão, e que consiste no justo meio relativo a nós, cuja norma é a regra moral, isto é, aquela mesma que lhe daria o sábio [...]”.

Toda virtude é uma luta constante, que depende de cada ser humano para alcançar um objetivo, um fim. Exemplos de virtudes que podem ser almejadas são: as ações nobres, a justiça, a coragem, a temperança, a paciência, a liberalidade e etc. É importante desempenhar as virtudes como, em uma espécie de mediania que visa ao meio-termo.

A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática. É um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo. E assim, no que toca à sua substância e à definição que lhe

estabelece a essência, a virtude é uma mediania; com referência ao sumo bem e ao mais justo, é, porém, um extremo (ARISTÓTELES, 1984, p. 73).

Segundo Hooft, “[...] ser virtuoso é mais do que adquirir um hábito ou uma disposição a agir de certa maneira. Trata-se de querer agir dessa forma” (HOOFT, 2013, p. 89). Segundo Aristóteles, o virtuoso deve adquirir essas condições para as práticas das virtudes “[...] em primeiro lugar deve ter conhecimento do que faz; em segundo, deve escolher os atos, e escolhê-los por eles mesmos, e em terceiro, sua ação deve proceder de um caráter firme e imutável” (ARISTÓTELES, 1984, p. 70).

2.2 O critério para uma ação virtuosa

Depois de tratarmos sobre a definição de virtude, é importante ter em mente o critério para uma ação virtuosa. Assim, em consonância com que se está discutido até aqui, este tópico apresenta, o critério para uma ação virtuosa. As referências utilizadas serão sobretudo, a obra *Prazer e virtude segundo Aristóteles* e uma tese de doutorado *Prazer e desejo em Aristóteles*, ambos os textos de Juliana Ortegosa Aggio.

Para uma ação virtuosa, o prazer não é critério, pois, Aggio, disse que, segundo Aristóteles, “não é por ser prazerosa que a ação virtuosa deve ser desejada, mas por ela ser boa” (AGGIO, 2013, p. 325). Em dois argumentos segundo Aggio, Aristóteles explica porque o prazer não pode ser o critério de uma ação virtuosa:

Sabemos que, segundo Aristóteles, a ação virtuosa deve ser desejada em vista dela mesma, i.e., por ser boa e não por resultar em prazer. Isto se justifica a partir de dois argumentos. O primeiro é que devemos desejar e escolher o que é bom a ser feito, tendo como critério o próprio bem e não o prazer, i.e., o julgamento sobre o que é realmente um bem e não o julgamento sobre o que é prazeroso. Mesmo porque, o julgamento sobre o que é prazeroso determina o que é prazeroso, mas não necessariamente o que é bom, já que não há identidade absoluta entre prazer e bem. O segundo argumento consiste em dizer que o erro moral decorrente dos prazeres consiste em desejarmos fazer algo que seja bom por parecer prazeroso e não por ser de fato bom, pois comumente escolhemos antes o que simplesmente nos parece ser prazeroso do que o que a razão nos diz que é bom. Neste caso, o erro moral ocorre porque o prazer é tomado como critério do que é bom, e não o contrário, o que é bom como critério para se ter prazer (AGGIO, 2013, p. 325).

Após serem apresentados os dois argumentos, desta maneira, o prazer não corresponde ao que é bom e sim ao que lhe satisfaz. Por isso:

[...] se o prazer fosse o critério, então qualquer coisa que produzisse prazer deveria ser escolhida, mesmo que fosse algo vil. Por isso, como foi dito, não é a sensação de prazer ou o desejo pelo prazeroso que poderia distinguir o bom do vil, mas apenas uma discriminação racional que seja capaz de atribuir corretamente um juízo de valor à ação (AGGIO, 2013, p. 330).

Para uma ação virtuosa é preciso o uso da razão que exerce sobre qualquer ação um juízo de valor. Em vista disso afirmamos:

A ação virtuosa, por sua vez, é em si mesma boa, mas para que ela seja objeto de desejo de alguém, ela deve aparecer a este alguém como sendo prazerosa. Por isso, a ação virtuosa aparece ao virtuoso como sendo prazerosa por ela ser virtuosa, e não por ela ser prazerosa ou por outra razão qualquer que seja, pois o virtuoso apreende o que é bom e já aprendeu a ter prazer com o que é preciso ter, com o que é de fato bom (AGGIO, 2013, p. 329).

Ação virtuosa está relacionada com os desejos, comenta Aggio, “que o desejo não é capaz de ajuizar sobre o que deve ser feito, pois que sua função é naturalmente perseguir o prazeroso e evitar o penoso” (AGGIO, 2011, p. 108), e completa:

Porém, nem tudo o que é prazeroso deve ser perseguido e nem tudo o que é penoso deve ser evitado, logo, o critério para se saber o que deve ou não ser desejado tem que ser estabelecido pela a reta razão. Tal razão, por sua vez, não deve se subordinar ao apetite, ao desejo pelo prazeroso, servindo apenas para alcançar os meios em vista do fim prazeroso. Uma racionalidade que operasse dessa forma seria apenas instrumental e, como diz o filósofo, já estaria corrompida. Uma racionalidade, por sua vez, moralmente sadia é capaz de estabelecer o que deve ser perseguido ou evitado, portanto, de fornecer o bom critério ao determinar o que é bom ou, sinonimamente, o que é belo [...] (AGGIO, 2011, p. 108).

Desse modo, o desejo não tem a capacidade de descobrir se o objeto desejado é bom ou ruim, se nos conduz para uma ação corrupta ou honesta, mas só pela reta razão pode-se ter bons desejos, porque tem como finalidade ao que é belo ou ao bem. Um exemplo da realização da reta razão é o temperante que busca sempre a mediania em relação às coisas.

O temperante ocupa uma posição mediana em relação a esses objetos. Com efeito, nem aprecia as coisas que são preferidas pelo intemperante – as quais chegaram até a desagradar-lhe – nem, em geral, as coisas que não deve, nem nada disso em excesso; por outro lado, não sofre nem anseia por elas quando estão ausentes ou só o faz em grau moderado e não mais do que deve, e assim por diante. Mas as coisas que, sendo agradáveis, contribuem para a saúde ou a boa condição do corpo, ele as deseja moderadamente e como deve, assim como também as outras coisas agradáveis que não constituam empecilho a esses fins, nem sejam contrárias ao que é nobre, nem estejam acima dos seus

meios. Pois aquele que não atende a essas condições ama tais prazeres mais do que eles merecem, mas o homem temperante não é uma pessoa dessa espécie, e sim da espécie prescrita pela regra justa (ARISTÓTELES, 1984 p. 97).

2.3 Algumas virtudes importantes segundo Aristóteles

Em seguida, depois do conhecimento de se definir a virtude e o critério para uma ação virtuosa, é importante conhecer algumas virtudes que Aristóteles considera relevantes e como ele concebe cada uma dela. O critério para uma ação virtuosa antecede as práticas das virtudes, porque, a partir de tal critério pode-se ter uma visão de como viver bem a virtude e aqui está a sua finalidade.

Para atender o critério para uma ação virtuosa, é interessante conhecer algumas virtudes a serem exercidas no cotidiano de acordo com Aristóteles, como: a temperança, a magnificência, a coragem, a veracidade, a justiça, a liberalidade, a sabedoria prática ou prudência, a sabedoria filosófica, a paciência, a compreensão etc. Atenção é dirigida especificamente a cinco virtudes: a temperança, a coragem, a justiça, a liberalidade e a sabedoria prática ou a prudência.

A temperança e coragem, segundo Aristóteles “parecem ser as virtudes das partes irracionais” (1984, p. 95). A temperança “[...] é, portanto, uma virtude de administrar os próprios desejos” (HOOFT, 2013, p. 95). Aristóteles considera a temperança ou a moderação a principal das virtudes morais que evita ao homem pecar pela falta ou pelo excesso: “[...] A moderação é a mediania no que respeita aos prazeres (sua pertinência com as dores é numa escala inferior e de caráter diverso) [...]” (ARISTÓTELES, 2014, p. 135). O interessante é que para Aristóteles a virtude ocupa-se sempre o lugar da mediania ou do meio-termo.

Diferentemente do temperante, o intemperante pratica ações contrárias, “[...] pois, almeja todas as coisas agradáveis ou as que mais o são, e é levado pelo seu apetite a escolhê-las a qualquer custo [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 97). Segundo Aristóteles, há dois tipos de desejos ou apetites: “alguns parecem ser comuns a todos os indivíduos humanos e outros, característicos de certos indivíduos, além de adicionais” (ARISTÓTELES, 2014, p. 137).

Vejamos no primeiro tipo: “Por exemplo, o apetite por alimento é natural, devido ao desejo comum por alimento sólido ou líquido e, às vezes, por ambos, quando deles se manifesta carência; e também das relações sexuais [...]” (ARISTÓTELES, 2014, p. 137).

No segundo tipo:

No que toca, contudo, aos prazeres característicos de indivíduos, muitos erram e o fazem de diversas formas; com efeito, quando se diz das que apreciam muito isto ou aquilo é porque ou apreciam coisas que não devem apreciar, ou as apreciam mais do que a maioria, ou porque as apreciam da maneira errada (ARISTÓTELES, 2014, p. 138).

Diante das situações de excesso e deficiência, no que diz respeito aos apetites, afirma o Estagirita: “A postura adotada pelo indivíduo moderado nessas situações é a da mediania” (ARISTÓTELES, 2014, p. 139). Portanto, “É de se concluir que no indivíduo moderado deve existir necessariamente harmonia entre a parte apetitiva e a razão. E o indivíduo moderado é aquele que anseia pelas coisas devidas, da maneira devida e oportunamente, que é o que determina a razão” (ARISTÓTELES, 2014, p. 141).

A próxima virtude a ser tratada é a coragem, segundo Aristóteles “é um meio-termo em relação aos sentimentos de medo e confiança” (ARISTÓTELES, 1984, p. 90). É importante ter conhecimento sobre esses três pontos: a covardia, a temeridade e a bravura, com relação atitude do homem, fazendo a melhor escolha para o bem do indivíduo.

Com relação a covardia, “O homem que exerce no medo é um covarde, porque teme tanto o que deve como o que não deve, e todas as características do mesmo gênero lhe são aplicáveis” (ARISTÓTELES, 1984, p. 91). Quanto a temeridade, “Os temerários são precipitados e desejam os perigos com antecipação, mas recuam quando os têm pela frente [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 91-92). Já na bravura, “o bravo, por outro lado, tem a disposição contrária, pois a confiança é a marca característica de um natural esperançoso” (ARISTÓTELES, 1984, p. 91). Em suma, segundo Aristóteles, a bravura é a posição correta, pois alcança a posição mediana; já a covardia e a temeridade se enquadram naquilo que diz respeito a falta e ao excesso.

O exercício dessa virtude da coragem pode assegurar ao ser humano a dignidade de nobre, e a finalidade de toda ação deve corresponder à disposição de caráter. Portanto:

[...] O fim de toda atividade é a conformidade com a correspondente disposição de caráter. Ora, a coragem é nobre; portanto, seu fim também é nobre, pois cada coisa é definida pelo seu fim. Donde se conclui que é com uma finalidade nobre que o homem bravo age e suporta conforme lhe aponta a coragem (ARISTÓTELES, 1984, p. 91).

E para finalizar essa discussão, Aristóteles aplica o nome “coragem” a cinco outras espécies de homens que caracteriza das seguintes maneiras, observemos como Aristóteles caracteriza cada coragem.

1- A coragem do Cidadão-Soldado: que “[...] parecem enfrentar os perigos em virtude das penas cominadas pelas leis e das censuras em que incorreriam se assim não procedessem, e também por causa das honras que lhes valerá a sua ação” (ARISTÓTELES, 1984, p. 92). 2- A coragem da experiência com relação a fatos particulares: “[...] sua experiência os torna capacíssimos no ataque e na defesa, porquanto sabem fazer bom uso das armas e dispõem das melhores tanto para atacar como para defender-se” (ARISTÓTELES, 1984, p. 93). 3- A coragem com relação a paixão: “A “coragem” devida à paixão parece ser a mais natural, tornando-se verdadeira coragem quando se lhe ajuntam a escolha e o motivo” (ARISTÓTELES, 1984, p. 93). 4- A coragem com relação as pessoas otimistas são bravas: “[...] pois essas mostram confiança diante do perigo só porque venceram muitas vezes e contra muitos inimigos” (ARISTÓTELES, 1984, p. 93). 5° A coragem das “[...] pessoas que ignoram o perigo também parecem bravas, e não distam muito das de temperamento sanguíneo e otimista, mas são inferiores por não terem confiança em si mesmas [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 94).

A próxima virtude a ser apresentada é a justiça. Segundo Aristóteles, a Justiça é “[...] aquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e desejar o que é justo [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 121). “Na justiça está toda a virtude somada” (ARISTÓTELES, 1984, p. 182). Na concepção de Aristóteles, há dois tipos de justiça: a distributiva “[...] é exercido na distribuição de honra, riqueza e demais bens compartilháveis a comunidade política [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 184). E a corretiva “[...] ocorre nas transações (entre particulares) tanto voluntárias quanto involuntárias” (ARISTÓTELES, 1984, p. 189).

Na visão de Aristóteles a justiça política está divididas em duas partes: parte natural “[...] aquela que tem a mesma força onde quer que seja e não existe em razão de pensarem os homens deste ou daquele modo [...]” e parte legal “[...] “a que de início é indiferente, mas deixa de sê-lo depois que foi estabelecida [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 131).

A penúltima virtude a ser discutida é a liberalidade que, segundo Aristóteles, “parece ser o meio-termo em relação à riqueza” (ARISTÓTELES, 1984, p. 101).

[...] a liberalidade um meio-termo no tocante ao dar e ao tomar riquezas, o homem liberal dará e gastará as quantias que convêm com os objetos que convêm, tanto nas coisas pequenas como nas grandes, e isso com prazer; e também tomará as quantias que convêm das fontes que convêm (ARISTÓTELES, 1984, p. 102).

A característica marcante do homem liberal é o dar e receber riquezas – e especialmente ao dar. “A prodigalidade e a avareza, por sua vez, são um excesso e uma deficiência no tocante à riqueza” (ARISTÓTELES, 1984, p. 101).

E para finalizar, a maior das virtudes intelectuais, segundo Aristóteles, é a sabedoria prática ou a prudência: “[...] uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem” (ARISTÓTELES, 1984, p. 144). Eis a característica do homem que tem essa virtude:

Ora, julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como por exemplo sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral (ARISTÓTELES, 1984, p. 144).

Essa característica é marcante, pois delibera aquilo que convém, mas em sentido amplo. Assim, o indivíduo sai de uma visão de si para uma visão do todo. A sabedoria prática é identificada especificamente com outras espécies que diz respeito ao próprio homem, ao indivíduo: “Das outras espécies, uma é chamada administração doméstica, outra, legislação, e a terceira, política, e desta última uma parte se chama deliberativa e a outra, judicial” (ARISTÓTELES, 1984, p. 147).

A sabedoria prática é conhecida destas três formas apresentadas acima. E a boa deliberação segundo Aristóteles como se dá?

[...] é [a boa deliberação] habilidade em conjecturar, pois esta ocorre sem raciocínio e de maneira rápida, enquanto deliberar requer muito tempo das pessoas e se diz que a efetivação do que foi resolvido na deliberação deve ser célere e a deliberação, lenta (ARISTÓTELES, 2014, p. 235).

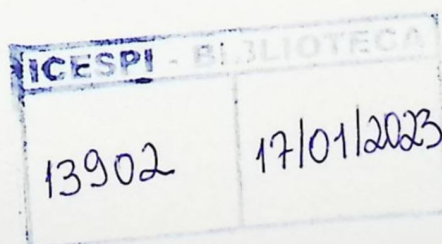
Por outro lado, existe uma boa deliberação, com finalidade no geral e no particular:

A boa deliberação em geral é a que conduz aos resultados corretos e satisfatórios relativamente ao fim geral, ao passo que aquele com vista a algum fim particular é a que alcança resultados corretos e satisfatórios no tocante a algum fim particular. Se, assim, bem deliberar é característico dos indivíduos prudentes, a boa deliberação deve ser acerto relativamente ao que é expediente como algo que atinge o fim, genuína concepção do que é a prudência (ARISTÓTELES, 2014, p. 236).

Enfim, a sabedoria prática ou a prudência se dá pela boa deliberação. Desse modo que Aristóteles pensa o homem, que age de forma correta sobre as coisas boas ou más.

Em suma, discutir a temática da virtude aristotélica na comunidade é muito significativo, pois, Aristóteles apresenta a virtude como o meio-termo relação à falta e o excesso, com isso ajuda o ser humano a bem viver.

O assunto a ser tratado agora dando continuidade apresentação é o prazer.



3. ARISTÓTELES E A COMPREENSÃO DE PRAZER

Para este trabalho científico serão utilizadas duas edições da *Ética a Nicômaco*: ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução por Leonel e Gerd. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores) e ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução por Edson Bini. 4 ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

3.1 O conceito de prazer segundo Aristóteles

No livro X da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles dedica a sua atenção sobre a discussão do prazer. O prazer é uma questão atual e está diretamente ligado a natureza humana. É uma questão que nos circunda, pois estamos diante de uma sociedade com influências hedonistas, por isso convém apresentar a noção aristotélica do prazer que contempla a razão e o exercício da virtude.

O prazer, segundo Aristóteles, é entendido como uma experiência da alma que está relacionada com as atividades racionais. Atividades estas que conduzem os homens a uma vida prazerosa, no livro I, capítulo 8, diz ele: “E que se acresça que sua vida é essencialmente prazerosa. Com efeito, o prazer é uma experiência da alma, e algo proporciona prazer a cada um na medida que se diz que aquilo de que alguém gosta é prazeroso [...]” (ARISTÓTELES, 2014, p. 63). Aristóteles concebe o prazer, aqui, como uma prática da virtude.

Com essa afirmação, o Estagirita entra em comum acordo com Platão: “A vida de prazer, ele [Platão] afirma, é mais desejável em associação com o saber do que sem este [...]” (ARISTÓTELES, 2014, p. 359). Percebe-se que Aristóteles, em comunhão com Platão, concebe o prazer sendo mediado pela razão. A mediação é entendida como virtude.

O prazer é uma temática que nos segue a vida inteira, pois é algo inerente ao gênero humano, por isso segundo Aristóteles o que alguns pensam sobre o prazer:

Alguns, com efeito, dizem que o prazer é o bem, enquanto outros afirmam, pelo contrário, que ele é absolutamente mau – uns, sem dúvida, na convicção de que essa é a verdade, e outros julgando que terá melhor efeito em nossa vida denunciar o prazer como coisa má, ainda que ele não o seja. Porquanto a maioria das pessoas (pensam eles) se inclinam para o prazer e são suas escravas, e por isso deveriam ser conduzidas na direção contrária, a fim de alcançarem o estado intermediário (ARISTÓTELES, 1984, p. 219).

O Estagirita encontra a solução para aqueles que estão inclinados para os prazeres, diz ele, assumindo uma posição oposta ao que pensa a maioria, para assim encontrar o equilíbrio. No que diz a respeito do prazer nem todos as afirmações citadas acima têm sua veracidade com fundamento, por isso, acrescenta Aristóteles:

Os argumentos verdadeiros afiguram-se, pois, extremamente úteis, não só para a ciência mas para a própria vida; porque, como se harmonizam com os fatos, nós lhes damos crédito, e destarte estimulam os que os compreendem a viver de acordo com eles (ARISTÓTELES, 1984, p. 219).

Sendo assim, a visão de Aristóteles é de futuro, quando ele pensa que os conhecimentos devem ser verdadeiros, não só para a ciência como um todo, mas para a vida. Após tudo isso, passaremos acompanhar algumas características que compõem o conceito de prazer.

3.2 Algumas características que compõem o conceito de prazer

Segundo Aristóteles, a vida é constituída de prazeres que se dividem em duas classes: os “puros” e os “mesclados”. Entre os prazeres puros estão aqueles intrínsecos ao ser humano, ligados ao corpo como a nutrição, o sexo e etc. Já entres os prazeres mesclados estão aqueles extrínsecos ao homem que são adquiridos como, por exemplo, a honra, a vitória, a riqueza entre outras. Com essa afirmação, pode-se fazer uma comparação com o que Aristóteles escreve na *Ética a Nicômaco*, no livro VII, capítulo 4, em relação com as fontes de prazeres: necessárias e não necessárias, porém desejada em si mesmas.

As coisas que produzem prazer são as necessárias e as desejáveis em si, mas que comportam excesso, sendo suas fontes necessárias as vinculadas ao corpo (quero dizer aquelas ligadas à nutrição e ao sexo – funções estas que em termos de definição já situamos no âmbito do desregramento e da moderação); as demais fontes do prazer não são necessárias, porém desejáveis em si mesmas (quero dizer, por exemplo, vitória, honra, riqueza e as outras coisas boas e prazerosas da mesma espécie) (ARISTÓTELES, 2014, p. 259).

O Estagirita quis esclarecer essa relação e apresentar as diversidades de prazeres, por isso é necessário saber quais as melhores fontes de escolhas, pois, nem todas atitudes estão de acordo com a razão.

Essa escolha tem relação no que diz respeito, aos prazeres e as dores. Os prazeres são agradáveis, aquilo que satisfaz o gênero humano; já aquilo que falta a natureza humana, não habitual são as dores.

Dizem, também, que a dor é a ausência daquilo que é conforme à natureza, e que o prazer é o preenchimento dessa falta. Mas tais sensações são corporais. Se, pois, o prazer é o preenchimento daquilo que está de acordo com a natureza, o que sente prazer será aquilo em que ocorre o preenchimento da falta, a saber, o corpo (ARISTÓTELES, 1984, p. 221).

É interessante essa relação entre o prazer e a dor, porque um completa o outro. Deste modo, de acordo com Aristóteles não podemos separar o prazer da dor. Por essa ausência são gerados os prazeres vergonhosos que são más ações do caráter humano.

Em resposta aos que argumentam com os prazeres vergonhosos, podemos dizer que esses não são agradáveis. Pelo fato de certas coisas agradarem a pessoas de constituição viciosa, não devemos supor que elas também sejam agradáveis a outros [...] (ARISTÓTELES, 1984, p. 222).

Os prazeres estão distribuídos em diferentes tipos de fontes: “nobres” e “vis”. As fontes nobres são ações dignas de respeito, ações virtuosas etc; já os prazeres de fontes vis são ações de baixos valores, desprezíveis etc.

Em relação as fontes de prazeres sejam elas nobres ou vis, a finalidade da diferença citada acima é, que uma busca a harmonia visando o bem e a outra busca satisfazer os desejos tendo em mira o prazer, por isso faz-se necessário pensar diante de uma sociedade que está inclinada à buscar os prazeres, decidir qual a melhor atitude a tomar. Em vista disso, o prazer está dentro de uma forma e segundo Aristóteles é:

[...] sua forma é completa em todo e qualquer movimento. É evidente, pois, que o prazer e o movimento diferem um do outro, e o prazer deve ser uma das coisas que são inteiras e completas. Isso também é indicado pelo fato de não ser possível mover-se senão dentro do tempo, mas sentir prazer, sim; porquanto aquilo que ocorre num momento é um todo (ARISTÓTELES, 1984, p. 223).

Com esse estímulo iniciemos a discussão: o prazer tem uma completude em todas as atividades da vida? “O prazer completa a atividade, não o faz o estado permanente que lhe corresponde, pela imanência, mas como um fim[...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 224). Deste modo, os homens desejam os prazeres, pois, são inerente à vida.

Ora, o prazer completa as atividades, e portanto a vida que eles desejam. É muito justo, pois, que aspirem também ao prazer, visto que para cada um este completa a vida que lhe é desejável. Mas quanto a saber se escolhemos a vida com vistas no prazer ou o prazer com vistas na vida, é uma questão que podemos deixar de parte por ora. Com efeito, os dois parecem estar

intimamente ligados entre si e não admitir separação, já que sem atividade não surge o prazer, e cada atividade é completada pelo prazer que a acompanha (ARISTÓTELES, 1984, p. 224).

Tendo consciência de que o prazer completam as atividades, os prazeres diferem um do outro em espécie, alguns exemplos de prazeres, como: os estranhos, os correspondentes, os animais e etc. Entre os exemplos citados, tratarei dos prazeres estranhos que são semelhantes, as dores, extrínsecos à natureza humana.

[...] Os prazeres estranhos têm mais ou menos o mesmo efeito que as dores próprias, visto que estas também destroem as atividades correspondentes: por exemplo, se um homem acha desagradável ou penoso escrever ou fazer contas, ele não escreve nem faz contas, porque a atividade lhe é penosa (ARISTÓTELES, 1984, p. 225).

Toda atividade tem um prazer que lhe é próprio, a partir do que foi apresentado acima, abre-se então caminho à reflexão acerca do prazer. Visto, pois, algumas características que compõem o conceito de prazer, a discussão continua tratando sobre, a natureza da felicidade e suas relações, tendo em vista que o prazer não é a causa suficiente para a felicidade, mas é necessário para a realização da felicidade.

3.3 A natureza da felicidade e suas relações

Após falar das variedades de prazer, Aristóteles discute em sentido amplo a natureza da felicidade, e afirma “[...] ela é o fim da natureza humana” (ARISTÓTELES, 1984, p. 227). Com afirmação do Estagirita conclui-se que o fim último do homem é a felicidade. A felicidade é, portanto, o degrau mais alto do gênero humano. Porque,

[...] à felicidade nada falta: ela é auto-suficiente. Ora, são desejáveis em si mesmas aquelas atividades em que nada mais se procura além da própria atividade. E pensa-se que as ações virtuosas são desta natureza, porquanto praticar atos nobres e bons é algo desejável em si mesmo (ARISTÓTELES, 1984, p. 227).

É nas ações virtuosas que consiste a felicidade, ou seja, a vida feliz. Desse modo:

Se a felicidade é atividade conforme à virtude, será razoável que ela esteja também em concordância com a mais alta virtude; e essa será a do que existe de melhor em nós. Quer seja a razão, quer alguma outra coisa esse elemento que julgamos ser o nosso dirigente e guia natural, tornando a seu cargo as

coisas nobres e divinas, e quer seja ele mesmo divino, quer apenas o elemento mais divino que existe em nós, sua atividade conforme à virtude que lhe é própria a perfeita felicidade. Que essa atividade é contemplativa[...] (ARISTÓTELES, 1984, p. 228).

Em relação a atividade contemplativa, “[...] é a atividade mais excelente disponível para os seres humanos, e portanto, a atividade mais plenamente constitutiva da eudaimonia. O homem contemplativo é o mais feliz de todos os homens” (HOOFT, 2013, p. 115). A atividade contemplativa está ligada à razão. Esta encontra-se entre as virtudes mais altas, afirma o Estagirita, porque pela razão pode-se chegar a um estado de perfeição. No tocante a ação virtuosa é:

[...] por sua vez, é em si mesma boa, mas para que ela seja objeto de desejo de alguém, ela deve aparecer a este alguém como sendo prazerosa. Por isso, a ação virtuosa aparece ao virtuoso como sendo prazerosa por ela ser virtuosa, e não por ela ser prazerosa ou por outra razão qualquer que seja, pois o virtuoso apreende o que é bom e já aprendeu a ter prazer com o que é preciso ter, com o que é de fato bom (AGGIO, 2013, p. 329).

E no que diz respeito a relação da felicidade com o prazer,

[...] a felicidade tem uma mistura de prazer, mas a atividade da sabedoria filosófica é reconhecidamente a mais aprazível das atividades virtuosas; pelo menos, julga-se que o seu cultivo oferece prazeres maravilhosos pela pureza e pela durabilidade, e é de supor que os que sabem passem o seu tempo de maneira mais aprazível do que os que indagam (ARISTÓTELES, 1984, p. 228).

O prazer aqui está voltado para uma prática da sabedoria filosófica através do ensino, sendo assim considerado o mais aprazível que outros. Encerra-se essa discussão concluindo que esse tipo de vida contemplativa é a mais feliz.

Acompanha-se agora, como a vida se relaciona com outra espécie de virtude. Por exemplo, podemos destacar a sabedoria prática, que é capacidade do intelecto de agir bem ou mal no meio em que se vive. E essa prática é característica do indivíduo de caráter virtuoso.

A virtude está voltada para a busca da felicidade, desse espírito de paz interior, que Aristóteles chama de “Eudaimonia”. É esse espírito de paz interior que pode-se garantir uma felicidade perfeita. O pensamento de Aristóteles é de uma linha teleológica, que quer dizer “[...] das palavras gregas, *telos* que significa “objetivo”, e *logos*, que significa “conhecimento” [...]” (HOOFT, 2013, p. 79).

A eudaimonia consiste no bem para os seres humanos, essas ações é que nos tornam bons, pois bem, o texto a seguir apresenta-se alguns argumentos acerca do ser bom.

Há alguns que sustentam que nos tornamos bons por força da natureza. Outros pensam que é através do hábito. Outros [ainda julgam] que a virtude é ensinável. Sermos naturalmente dotados da virtude, por certo não está sob nossa dependência; o dom é concedido aos verdadeiramente afortunados mediante alguns favor divino. Por outro lado, a razão e o ensino não são, recreio, eficazes com todos as pessoas (ARISTÓTELES, 2014, p. 383).

Essas várias alegações que foram apresentadas pode tornar um homem virtuoso, segundo Aristóteles.

É de suma importância discutir essa temática do prazer, que é atual na sociedade. Por isso, foram abordadas essas questões na intenção de se fazer uma reflexão da realidade a qual vivemos, onde com maior facilidade crescem as diversidades maneiras de vida, da busca de satisfazer as suas necessidades. Ao contrário de diversas posturas, Aristóteles apresenta a virtude como meio-termo das ações. Por isso, faz-se necessário o uso da razão para o desenvolvimento das atividades moralmente correto segundo Aristóteles.

A seguir, no próximo capítulo, será apresentada a relação existente entre prazer e virtude.

4. A RELAÇÃO ENTRE PRAZER E VIRTUDE SEGUNDO ARISTÓTELES

Por fim, neste capítulo será apresentado a relação entre prazer e virtude segundo Aristóteles, partindo do hedonismo moderado que ele mesmo sustenta, seguindo para a compreensão segura do hedonismo aristotélico, não esquecendo de usar a virtude do meio-termo, que ajuda neste processo da relação do prazer com virtude, finalizando com o seguinte questionamento: Como as virtudes ajudam o homem a lidar com os prazeres segundo Aristóteles?

4.1 O hedonismo moderado de Aristóteles

Segundo o dicionário de filosofia, em harmonia com Abbagnano, o hedonismo é um:

Termo que indica tanto a procura indiscriminada do prazer quanto a doutrina filosófica que considera o prazer como o único bem possível, portanto como o fundamento de vida moral. Esta doutrina foi sustentada por uma das escolas socráticas, a Cirenaica, fundada por Aristipo, e retomada por Epicuro, segundo o qual “o prazer é o princípio e o fim da vida feliz” (DIÓG. L., X, 129). (2007, p. 578).

Partindo dessa definição é que podemos adentrar a questão do hedonismo, e em oposição a Epicuro, Aristóteles afirma que a felicidade “é o fim da natureza humana” (ARISTÓTELES, 1984, p. 227) e não o prazer.

Uma das distinção possível entre prazer e virtude é o hedonismo moderado de Aristóteles. Onde, segundo Aggio, Aristóteles defende “uma tese hedonista moderada, em que o prazer, embora não seja o bem, possa ser um bem, uma vez que esteja acompanhando uma boa atividade” (AGGIO, 2013, p. 319). O prazer não é suficiente em si mesmo, mas é necessário para a realização da felicidade. Esta tese necessita de esclarecimento, então surgem as exigências para serem cumpridas como fundamento de o prazer ser um bem. Aristóteles define a felicidade como fim último do gênero humano, e partindo desta definição, no livro I, capítulo 8, começa a examinar sua veracidade com base em possíveis opiniões, como opinião falsa. Segundo Aristóteles, três opiniões estão em harmonia a sua definição de felicidade:

A primeira, é [...] pelo fato de identificarmos o fim com certas ações e atividades, pois desse modo ele vem incluir-se entre os bens da alma [...]. A segunda, [...] o homem feliz vive bem e age bem [...]. Por fim, [...] alguns identificam a felicidade com a virtude, outros com a

sabedoria prática, outros com uma espécie de sabedoria filosófica, outros com estas, ou uma destas, acompanhadas ou não de prazer; e outros ainda também incluem a prosperidade exterior (ARISTÓTELES, 1984, p. 57).

A felicidade abrange todas as três opiniões contendo nela necessariamente o prazer. A vida do homem virtuoso é em si mesma prazerosa. A vida virtuosa conduz o homem para a felicidade, passando pelo que Aristóteles chama de hedonismo moderado.

Para Aggio “[...] O hedonismo moderado sustentado por Aristóteles se apresenta claramente no tipo de relação que ele estabelece entre virtude e prazer, a saber: o virtuoso não age tendo em vista o prazer por ele mesmo, mas certamente sente prazer ao agir” (2013, p. 318). Para Aggio, segundo Aristóteles, contrário disso leva um estado de “uma vida em função do prazer é antes escrava do prazer e se aproxima de uma vida bestial [mais] do que propriamente humana [...]” (AGGIO, 2013, p. 318).

4.2 O prazer e ação virtuosa

Partindo da afirmação aristotélica a respeito dos virtuosos de que “Sua própria vida é aprazível por si mesma” (ARISTÓTELES, 1984, p. 58), pode-se compreender o hedonismo Aristotélico. O Estagirita defende que o prazer pode ser um bem se acompanhado de uma boa atividade ou ação. Aristóteles fundamenta o seu pensamento a partir de cinco razões:

A primeira, com efeito, o prazer é um estado da alma [...]; a segunda, [...] os atos justos ao amante da justiça e, em geral, os atos virtuosos aos amantes da virtude; a terceira, [...] na maioria dos homens os prazeres estão em conflito uns com os outros porque não são aprazíveis por natureza, mas os amantes do que é nobre se comprazem em coisas que têm aquela qualidade; tal é o caso dos atos virtuosos, que não apenas são aprazíveis a esses homens, mas em si mesmos e por sua própria natureza; a quarta, [...] a vida deles não necessita do prazer como uma espécie de encanto adventício, mas possui o prazer em si mesma e a quinta, o homem que não se regozija com as ações nobres não é sequer bom; e ninguém chamaria de justo o que não se compraz em agir com justiça, nem liberal o que não experimenta prazer nas ações liberais; e do mesmo modo em todos os outros casos (ARISTÓTELES, 1984, p. 58).

Essas são as cinco razões que fundamenta um pensamento que, no entanto foi motivo de questionamentos com relação ao prazer. Aristóteles encontra contudo, uma solução para o questionamento e não condena como um mal o prazer, mas apresenta seu valor moral quando

acompanhado de uma boa atividade. Por isso, afirma: “Sendo assim, as ações virtuosas devem ser aprazíveis em si mesmas” (ARISTÓTELES, 1984, p. 58).

Partindo do que foi dito, é indispensável ao virtuoso não sentir prazer ao realizar uma ação virtuosa e o prazer vivido de maneira adequada é uma característica de que ele é de fato um virtuoso. Dois tipos humanos servem como exemplo ilustrativo de tal atitude: o corajoso e o liberal. A ação corajosa é prazerosa, mesmo sendo acompanhado de dores, pois, o corajoso faz aquilo que ele gosta, ou seja, sente necessariamente prazer: “[...] deve-se ser bravo não sob coação, e sim porque isso é nobre” (ARISTÓTELES, 1984, p. 92). E outro exemplo é do liberal, pois, sente prazer em dar, conforme argumenta Aristóteles:

Ora, as ações virtuosas são praticadas tendo em vista o que é nobre. Por isso o homem liberal, como as outras pessoas virtuosas, dá tendo em vista o que nobre, e como deve; pois dá, às pessoas que convém, as quantias que convém e na ocasião que convém, com todas as demais condições que acompanham a reta ação de dar. E isso com prazer e sem dor, pois o ato virtuoso é agradável e isento de dor. O que menos pode ser é doloroso (ARISTÓTELES, 1984, p. 101-102).

Tanto o corajoso como o liberal só sofre uma determinada ação porque têm em mira o que é bom, e assim, também acontece com as pessoas dotado de outras virtudes. A ação boa e agradável apresenta-se como prazerosa aos que praticam a virtude, mesmo que lhe cause dor ou sofrimento, no caso do corajoso, as dores físicas nas batalhas, bem como também, o risco de perder a própria vida, caracterizam um bem que supera o mal pelo próprio do exercício das virtudes. “Isso significa dizer que ter prazer ou ter dor ao agir desse modo ou de outro, sinalizam o tipo de caráter do agente” (AGGIO, 2011, p. 113). Sendo assim, afirma o Estagirita:

Devemos tomar como sinais indicativos do caráter o prazer ou a dor que acompanham os atos; porque o homem que se abstém de prazeres corporais e se deleita nessa própria abstenção é temperante, enquanto o que se aborrece com ela é intemperante; e quem arrosta coisas terríveis e sente prazer em fazê-lo, ou, pelo menos, não sofre com isso, é bravo, entanto o homem que sofre é covarde (ARISTÓTELES, 1984, p. 68).

O prazer não pode, portanto, em hipótese alguma, ser o fim da ação virtuosa, a não ser o prazer moderado. Isso acontece em conformidade com a essência do homem equilibrado. Pode-se concluir, o prazer moderado, que é consideradamente bom, é aquele que é unido a uma ação virtuosa. Para Aristóteles, não há possibilidade se de pensar ou desejar o prazer sem uma atividade virtuosa, que lhe garante a dignidade pela ação desenvolvida.

Acerca do Prazer e desejo em Aristóteles, Aggio comenta:

Aristóteles, com a sua concepção de prazer, parece querer fazer depender o nos aparece como prazeroso do bom julgamento, não o contrário. E, se assim o faz, é porque tudo o que ele quer evitar é que tomemos o prazer e a dor como fundamentos do valor moral da ação (AGGIO, 2011, p. 113).

Aristóteles aponta o caminho para se julgar corretamente o prazer, sem tomá-lo como critério ou fim da ação humana, mas como um acréscimo da ação virtuosa. Para viver bem a relação entre prazer e virtude é necessário o uso da razão, pela qual pode-se deliberar o bem.

4.3 O meio-termo

Outra maneira de se fazer a relação entre prazer e virtude é o meio-termo ou a mediania, que Aristóteles considera como a melhor posição em relação ao excesso e a falta.

O meio-termo ou a mediania é uma virtude que pela qual o indivíduo posiciona-se corretamente diante de qualquer situação. O meio-termo permite o equilíbrio entre prazer e virtude. O continente, o cauteloso, o moderado é aquele que sabe se conter diante dos prazeres, pois possui as características do homem mediano, que pensa e age da melhor forma possível e de maneira equilibrada.

A relação entre prazer e virtude está contida nas características mencionadas acima, é um exemplo para contextualizar a virtude do meio-termo, dentro de uma situação, é o temperante que procura agir sempre colocando a razão em primeira instância, e não age como o intemperante que busca satisfazer os seus prazeres sem levar em conta a razão:

O temperante ocupa uma posição mediana em relação a esses objetos. Com efeito, nem aprecia as coisas que são preferidas pelo intemperante – as quais chegaram até a desagradar-lhe – nem, em geral, as coisas que não deve, nem nada disso em excesso; por outro lado, não sofre nem anseia por elas quando estão ausentes ou só o faz em grau moderado e não mais do que deve, e assim por diante. Mas as coisas que, sendo agradáveis, contribuem para a saúde ou a boa condição do corpo, ele as deseja moderadamente e como deve, assim como também as outras coisas agradáveis que não constituam empecilho a esses fins, nem sejam contrárias ao que é nobre, nem sejam estejam acima dos seus meios. Pois aquele que não atende a essas condições ama tais prazeres mais do que eles merecem, mas o homem temperante não é uma pessoa dessa espécie, e sim da espécie prescrita pela regra justa (ARISTÓTELES, 1984 p. 97).

Pois bem, o temperante é aquele que deseja algo, mas de forma moderada. A temperança é uma virtude de “[...] meio-termo em relação aos prazeres (porque diz menos respeito às dores, e não do mesmo modo) [...]” (ARISTÓTELES, 1984, p. 95). O meio-termo é uma virtude que nos concede a possibilidade de mudança contra o excesso e a falta, um exemplo é a coragem que “é um meio-termo em relação aos sentimentos de medo e confiança” (ARISTÓTELES, 1984, p. 90), onde o excesso é a covardia, a falta de temeridade e o meio-termo é a bravura.

Em seu livro *Ética das Virtudes*, Stan Van Hooft comenta:

A doutrina aristotélica das virtudes de caráter como o meio-termo não é a sua posição final e amadurecida. A pessoa plenamente virtuosa certamente tem disposições a evitar extremos, mas ela também tem discernimento para perceber o que uma determinada situação demanda (HOOFT, 2013, p. 94).

É interessante como Aristóteles pensava a sua ética, pois ele não propõe algo acabado, mas dá liberdade a cada pessoa para que tire suas próprias conclusões acerca daquilo que ele sugere.

Nessa relação do meio-termo com o excesso e a falta, quando nos referimos aos desejos, afirma o Estagirita: “A postura adotada pelo indivíduo moderado nessas situações é a da mediania” (ARISTÓTELES, 2014, p. 139). Sendo assim, é importante o uso da razão para agir bem.

O homem deve agir buscando o meio-termo, ou seja, a satisfação do seu prazer de forma moderada, sem, no entanto, abrir mão do prazer que sente ao alimentar-se. A busca da moderação desse prazer dependerá de um esforço do homem, coibindo algo que é natural a ele, mas não lhe é o mais adequado, como mostra a razão (MEDEIROS, 2016, p. 5).

Deste modo, o homem moderado é aquele que age sem deixar de lado o prazer, ou seja, é aquele que se controla diante de qualquer situação. A prática da virtude, conduz o indivíduo à excelência, o Estagirita esclarece de maneira exemplar tal estabilidade:

Por meio-termo no objeto entendo aquilo que é equidistante de ambos os extremos, e que é um só e o mesmo para todos os homens; e por meio-termo relativamente a nós, o que não é nem demasiado nem demasiadamente pouco – e este não é um só e o mesmo para todos. Por exemplo, se dez é demais e dois é pouco, seis é o meio-termo, considerado em função do objeto, porque excede e é excedido por uma quantidade igual; esse número é intermediário de acordo com uma proporção aritmética (Aristóteles, 1984, p. 72).

Com o meio-termo, o indivíduo permanece em uma posição onde nem falta e nem excede. Isso também é característica do homem moderado, aquele que decide sobre o tamanho, a quantidade ou grau, age retamente. Assim, “É de se concluir que no indivíduo moderado deve existir necessariamente harmonia entre a parte apetitiva e a razão. E o indivíduo moderado é aquele que anseia pelas coisas devidas, da maneira devida e oportunamente, que é o que determina a razão” (ARISTÓTELES, 2014, p. 141).

4.4 Como as virtudes ajudam o homem a lidar com os prazeres segundo Aristóteles?

Toda virtude é um processo para se alcançar algo, seja pelo ensino ou seja pelo hábito. O questionamento no título acima será respondido a partir de três pontos: primeiro, o homem deve ter consciência e conhecimento da nova realidade que deve enfrentar para chegar ao objetivo; o segundo, parte das escolhas, aquilo que indivíduo escolhe e o ajuda a viver de maneira coerente; e o terceiro, é a vivência da escolha feita anteriormente, a prática diária para se alcançar a meta desejada.

Segundo Aristóteles,

“[...] os atos que estão de acordo com as virtudes tenham determinado caráter, não se segue que sejam praticados de maneira justa ou temperante. Também é mister que o agente se encontre em determinada condição ao praticá-lo: em primeiro lugar deve ter conhecimento do que faz; em segundo, deve escolher os atos, e escolhê-los por eles mesmos, e em terceiro, sua ação deve proceder de um caráter firme e imutável” (ARISTÓTELES, 1984, p. 70).

Essas três condições apresentadas acima são pressuposto para se adquirir a posse das virtudes. Então é importante atingir as condições necessárias para a vida, pois a ética de Aristóteles é uma ética do viver bem que tem a finalidade de conduzir o homem que saia de uma condição de natureza bruta para uma condição de natureza ideal, que é o *Telos*, a *Eudaimonia*. Tudo isso é alcançado pelo exercício das virtudes.

Assim, depois de acompanhar todo esse processo, o ser humano pode estar apto a lidar com os prazeres, procurando viver de maneira correta, pelo uso da razão, chegando ao estado de autocontrole sobre as coisas, aumentando em si a capacidade de realizar de maneira equilibrada. Hooft, em consonância com essa ideia, recorda acerca da virtude da temperança, que “[...] é, portanto, uma virtude de administrar os próprios desejos” (HOOFT, 2013, p. 95). Na relação entre prazer e a virtude existe o autocontrolado – que corresponde ao continente, o

cauteloso e o moderado – e o descontrolado, que age sem levar em consideração um princípio racional.

[...] O indivíduo é autocontrolado quando se conforma ao produto de seus raciocínios ou descontrolado quando não hesita em afastar-se dos resultados desses raciocínios; o indivíduo descontrolado realiza aquilo que sabe ser mau, devido à paixão, ao passo que o autocontrolado, ciente de que seus apetites são maus, não se deixa conduzir por eles, devido à razão [...] (ARISTÓTELES, 2014, p. 250).

Desse modo, o homem deve adquirir aquilo a que se refere ao conceito acima, sem se deixar seduzir pelos desejos das paixões, mas com a razão decidir qual atitude tomar. Com essas atitudes, o homem conseguirá lidar com os prazeres, colando em primeiro lugar a prática das virtudes.

CONCLUSÃO

Segundo Aristóteles, a relação entre prazer e virtude, é necessária, pois o virtuoso não age tendo em vista o prazer por ele mesmo, mas certamente sente prazer ao agir virtuosamente. O virtuoso aprende a sentir prazer com o que se deve, obedecendo um princípio racional. Por isso, o prazer não é causa suficiente para a felicidade, mas é necessário para a realização da felicidade.

Como vimos, o prazer, segundo Aristóteles, é uma experiência da alma que está relacionada com as atividades racionais. Aqui, pode-se fazer uma ligação com o quanto se afirmou no terceiro capítulo, isto é, que o prazer pode ser considerado um bem quando acompanhado de uma boa atividade; e isso acontece pelo o uso da razão.

O prazer é algo inerente ao homem, e o que lhe falta é administrá-lo bem. A virtude contribui nesse processo, pela a qual o indivíduo está disposto desempenhar terminada ação e desempenha-la bem. Eis aqui uma das principais finalidades da virtude, o bem viver.

A virtude classifica-se em duas espécies, virtudes intelectuais e virtudes morais, sendo elas adquiridas pelo ensino e pelo hábito, em vista de se alcançar terminado objetivo. A sabedoria filosófica, a compreensão, e a sabedoria prática, são virtudes adquiridas pelo ensino-aprendizagem. A liberalidade e a temperança, por sua vez são virtudes adquiridas pelo hábito, pela prática diária.

A virtude é de grande importância e sobressai sobre o prazer, na relação entre prazer e virtude, pois é pela vivência das virtudes que se pode compreender o hedonismo moderado de Aristóteles. Neste o prazer pode ser um bem, se acompanhado de uma boa atividade ou boa ação. Nesse aspecto, Aristóteles pensa diferente de Epicuro, para quem o prazer é princípio e fim último da vida.

Aristóteles lança sobre o prazer um novo olhar, como foi mencionado no primeiro capítulo. O que difere dos demais, que o indivíduo tende ao prazer e torna-se suas escravas, e por isso deveriam ser conduzidas na direção oposta, a fim de alcançarem o estado intermediário. O Estagirita encontra como porta saída desse estado (de escravidão), o intermediário, ou seja, o meio-termo, a mediania. Essa é a solução apontada por Aristóteles ao indivíduo.

Por fim, Aristóteles propõe-nos viver um prazer saudável que tem por base, o exercício da virtude. O saudável prazer para Aristóteles corresponde aos prazeres naturais como por exemplo, a nutrição e o sexo. Os prazeres são também desejados moderadamente em harmonia com reta razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução por Alfredo Bosi. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGGIO, Juliana Ortigosa. Prazer e virtude segundo Aristóteles. **doispontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 10, n. 2, p.315-342, out. 2013. Disponível em: <revistas.ufpr/doispontos/article/view/31870/21778>. Acesso em: 20 mar. 2018.

AGGIO, Juliana Ortigosa. **Prazer e Desejo em Aristóteles**. Tese (Doutor) - programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução por Leonel e Gerd. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores).

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução por Edson Bini. 4 ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HOOFT, Stan Van. **Ética da Virtudes**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Pensadores Moderno).

MEDEIROS, João Gabriel Cirelli. As virtudes éticas em Aristóteles: a ação moralmente boa, o meio-termo e a justiça. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4778, 31 jul. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/50831>. Acesso em: 16 set. 2018.

PERINE, Marcelo. **Quatro lições sobre a ética de Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2006.